
A Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho Catarinense: boletim 2021

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Daniela Cristina Reinehr
Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Leandro dos Santos, Dr. sociólogo
Pietro Caldeirini Aruto, Dr. economista

Florianópolis, 03 de março de 2021.

1. TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua (PNADC/IBGE) para o 3º trimestre de 2020, as mulheres representam 51,1% da população residente em Santa Catarina. Comparado ao 1º trimestre de 2012, início da série histórica, a população feminina cresceu um pouco mais que a masculina, 13% contra 11% respectivamente.

Considerando apenas as pessoas com 14 anos ou mais, as mulheres catarinenses chegam a formar um contingente ainda maior, relativamente ao dos homens, uma vez compõe 51,7% da população em idade ativa (PIA).

No entanto, ao analisar o contingente que integra a força de trabalho (quer dizer, o número de ocupados somado aos desocupados) no estado, as mulheres representam 44,4% do total. Comparado ao ano de 2012, registra-se que a participação das mulheres também cresceu um pouco mais que a masculina, 9% contra 7% respectivamente (em ambos os casos, entretanto, menores que o crescimento demográfico da população, conforme descrito no parágrafo primeiro).

Com os dados gerais, portanto, pode-se distinguir uma das primeiras características da inserção feminina no mundo laboral: apesar dos avanços, a maioria demográfica ainda não se traduz, em igual medida, na maior presença de mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 1: População total, em idade ativa (PIA) e força de trabalho (em milhares e em porcentagem) por sexo - Santa Catarina, 1º trimestre de 2012 e 3º de 2020

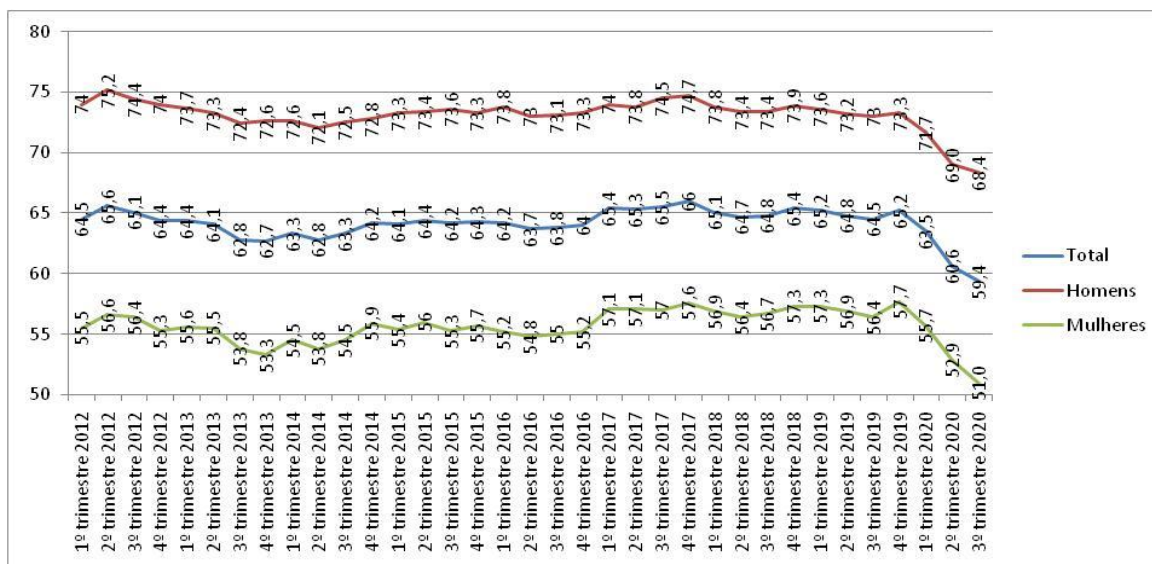
Variável	1º Trimestre 2012			3º Trimestre 2020		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População Total	6.486	3.200	3.286	7.248	3.541	3.707
%	100	49,3	50,7	100	48,9	51,1
PIA	5.263	2.563	2.700	6.174	2.982	3.191
%	100	48,7	51,3	100	48,3	51,7
Força de Trabalho	3.394	1.897	1.497	3.665	2.039	1.626
%	100	55,9	44,1	100	55,6	44,4

Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.

As diferenças no grau de inserção laboral também podem ser medidas pela Taxa de Participação (medida que representa a proporção de pessoas ativas dentro do universo de pessoas em idade ativa). Conforme os dados para o último período de pesquisa disponível, enquanto a taxa entre as mulheres foi estimada em 51%, para os homens atingiu 68%. Isso significa que, aproximadamente, cinco entre dez mulheres com de 14 anos ou mais de idade não estavam empregadas ou procurando emprego no 3º trimestre do ano passado.

No gráfico abaixo, pode-se observar a trajetória da taxa de participação ao longo dos últimos anos. Na série histórica da pesquisa, a maior taxa de participação das mulheres ocorreu no 4º trimestre de 2019 (57,7%), diferentemente da masculina que ocorreu no 2º trimestre de 2012 (75,2%). Em ambos os casos, a trajetória de 2020 foi marcada por forte queda da participação, mas afetou sobretudo as mulheres, onde a queda foi de -6,7 pontos, contra -4,9 entre os homens.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Participação em Santa Catarina (em %) – trimestres de 2012 a 2020



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.

Comparativamente à condição dos homens, além de menor taxa de participação no mercado de trabalho, a trajetória de inserção feminina também é marcada por uma maior oscilação. Essa característica é a expressão de uma maior vulnerabilidade laboral. Com isso, elas ficam mais expostas em momentos de

dificuldade econômica, seja pelas feições do próprio posto de trabalho (por exemplo, com menor qualificação ou centralidade) que são colocados na primeira fileira dos cortes, seja pelas necessidades de retorno aos afazeres domésticos (como o cuidado com crianças e idosos).

A questão de maior vulnerabilidade também se traduz, por equivalência, nas taxas de desemprego (ou desocupação). Enquanto, no período mais recente, a taxa desocupação entre as mulheres foi de 9,2%, entre os homens foi estimada em 5,5%, uma diferença expressiva, portanto, de 3,7 pontos percentuais. No 3º trimestre de 2020, cerca de 136 mil mulheres e 105 mil homens procuravam emprego em Santa Catarina.

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desocupação em Santa Catarina (em %) segundo sexo - trimestres de 2012 a 2020



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.

2. PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA

Para analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho formal, recorre-se aos dados disponibilizados através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). O primeiro é um registro anual, referente ao último dia de cada ano e engloba todos os

vínculos de emprego existentes, regidos tanto pela CLT quanto pelos estatutos do serviço público. O segundo é um registro de periodicidade mensal que acompanha a movimentação dos empregados em geral, não apenas CLT, mas também aprendiz, doméstico, temporário, intermitente etc.

De acordo com a última edição da RAIS, referente ao ano de 2019, o estado de Santa Catarina contabilizava precisamente 2.369.729 vínculos ativos de emprego no mercado de trabalho formal (tabela 2). Desse total, 55,1% eram preenchidos por homens e 44,9%, por mulheres. Em números absolutos, a distância de 9,6 pontos percentuais se traduziu na diferença de 242.517 vínculos. Em relação a 2018, devido ao maior crescimento relativo anual do contingente masculino (5,7%) frente ao feminino (4,3%), a participação feminina apresentou uma leve redução, de 0,3 pontos percentuais (p.p.).

Dentro do universo feminino de aproximadamente 1 milhão de vínculos em 2019, cinco (5) subsetores econômicos concentravam quase dois terços dos postos ocupados por mulheres. São eles: comércio varejista (17,8%); administração pública (15,6%); alojamento e comunicação (11,9%), administração técnica-profissional (10,4%) e indústria têxtil (9,5%). Na comparação com a distribuição dos postos masculinos, portanto, pode-se verificar a existência de maior concentração no mercado de trabalho feminino. Entre os homens, por exemplo, apenas dois subsetores (comércio varejista e administração técnica-profissional) respondem por mais de 10% dos postos de trabalho.

Na listagem dos vinte e cinco (25) subsetores econômicos em 2019, segundo a classificação do IBGE, as mulheres são a maioria em sete (7) deles. As maiores proporções de mulheres encontram-se nas seguintes atividades: serviços médicos, odontológicos e veterinários (onde a participação chega a 83%); ensino (63,6%); indústria têxtil (62,2%); administração pública (62,2%); alojamento e comunicação (62,2%). Em todos os demais dezoito (18) ramos, os homens ocupam a maioria dos postos, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2: Emprego formal segundo os subsetores econômicos por sexo e variação (em %) - SC, 2018 e 2019

IBGE Subsetor	2018		2019		Var. % -2018/2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Extrativa Mineral	6.299	506	6.644	565	5,5%	11,7%
Prod. Mineral Não Metálico	25.967	5.622	27.177	5.958	4,7%	6,0%
Indústria Metalúrgica	49.015	7.548	48.411	7.774	-1,2%	3,0%
Indústria Mecânica	45.432	11.858	46.857	12.501	3,1%	5,4%
Elétrico e Comunic	19.830	9.617	21.282	10.394	7,3%	8,1%
Material de Transporte	14.123	2.770	15.600	3.259	10,5%	17,7%
Madeira e Mobiliário	50.881	17.498	50.592	17.619	-0,6%	0,7%
Papel e Gráf	22.286	7.288	22.181	7.158	-0,5%	-1,8%
Borracha, Fumo, Couros	9.481	5.421	9.696	5.309	2,3%	-2,1%
Indústria Química	32.865	18.902	34.420	19.682	4,7%	4,1%
Indústria Têxtil	60.384	100.125	61.601	101.353	2,0%	1,2%
Indústria Calçados	3.093	3.476	3.358	3.642	8,6%	4,8%
Alimentos e Bebidas	72.754	61.389	77.720	66.320	6,8%	8,0%
Serviço Utilidade Pública	17.134	4.008	18.395	4.054	7,4%	1,1%
Construção Civil	75.661	7.269	92.439	7.973	22,2%	9,7%
Comércio Varejista	188.065	184.120	192.860	188.859	2,5%	2,6%
Comércio Atacadista	54.540	27.075	60.157	29.706	10,3%	9,7%
Instituição Financeira	14.178	19.993	15.917	22.198	12,3%	11,0%
Adm Técnica Profissional	121.206	96.341	135.382	111.139	11,7%	15,4%
Transporte e Comunicações	104.526	21.253	113.372	23.096	8,5%	8,7%
Aloj Comunic	76.337	125.048	76.778	126.453	0,6%	1,1%
Médicos Odontológicos Vet	11.147	55.842	12.026	58.669	7,9%	5,1%
Ensino	31.698	53.569	31.217	54.591	-1,5%	1,9%
Administração Pública	98.054	163.692	100.777	165.789	2,8%	1,3%
Agricultura	30.411	9.321	31.264	9.545	2,8%	2,4%
Total	1.235.367	1.019.551	1.306.123	1.063.606	5,7%	4,3%

Fonte: RAIS/Ministério da Economia; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.

A seguir, apresentam-se os dados sobre escolaridade da população ocupada por sexo confrontando-os com os rendimentos médios no mercado de trabalho formal em Santa Catarina. Conforme tabela abaixo, 46,8% das pessoas tem o ensino médio completo. No grupo masculino, os trabalhadores com ensino médio completo correspondem a 48%, e no grupo feminino a participação nessa faixa é de 45,3%. Essa menor participação relativa se deve ao fato de que as mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade frente aos homens. Conforme pode ser visto na tabela abaixo, 25,6% das mulheres possuíam ao menos o ensino superior completo, quase 5 p.p. acima da participação masculina. Além disso, na escolaridade geral acima do ensino médio, as mulheres somam a maioria. Ao contabilizar o montante de pessoas com superior completo e incompleto, as mulheres respondem por 56,6% do total dos trabalhadores mais qualificados.

Tabela 3: População ocupada no mercado de trabalho formal segundo o grau de escolaridade, por sexo e rendimento médio real (em R\$ de janeiro de 2021, segundo INPC)- SC, 2019

Escolaridade Agreg após 2005	Masculino			Feminino			Total		
	Total	%	Rendimento	Total	%	Rendimento	Total	%	Rendimento
Analfabeto	6.802	0,5%	R\$ 1.545,86	3.686	0,3%	R\$ 1.550,67	10.488	0,4%	R\$ 1.546,95
Até 5ª Incompleto	33.197	2,5%	R\$ 1.757,26	16.510	1,6%	R\$ 1.384,37	49.707	2,1%	R\$ 1.671,82
5ª Completo Fundamental	35.569	2,7%	R\$ 1.946,67	19.530	1,8%	R\$ 1.421,14	55.099	2,3%	R\$ 1.807,04
6ª a 9ª Fundamental	77.666	5,9%	R\$ 1.939,05	43.857	4,1%	R\$ 1.411,50	121.523	5,1%	R\$ 1.791,40
Fundamental Completo	153.232	11,7%	R\$ 2.093,08	87.513	8,2%	R\$ 1.552,39	240.745	10,2%	R\$ 1.920,28
Médio Incompleto	109.769	8,4%	R\$ 1.896,82	67.480	6,3%	R\$ 1.427,27	177.249	7,5%	R\$ 1.739,55
Médio Completo	626.557	48,0%	R\$ 2.404,15	481.940	45,3%	R\$ 1.834,59	1.108.497	46,8%	R\$ 2.161,02
Superior Incompleto	58.827	4,5%	R\$ 3.546,17	63.596	6,0%	R\$ 2.485,03	122.423	5,2%	R\$ 3.007,57
Superior Completo	204.504	15,7%	R\$ 7.848,47	279.494	26,3%	R\$ 5.141,27	483.998	20,4%	R\$ 6.234,19
Total	1.306.123	100,0%	R\$ 3.213,60	1.063.606	100,0%	R\$ 2.834,62	2.369.729	100,0%	R\$ 3.046,98

Fonte: RAIS/Ministério da Economia; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.

Apesar do maior nível médio de escolaridade, as mulheres no mercado de trabalho catarinense possuem um nível de renda médio abaixo do masculino. Conforme pode ser visto na tabela 3, em 2019, o rendimento médio real feminino foi de R\$ 2.834 e dos homens, R\$ 3.213. Ou seja, as mulheres recebiam em média quase 12% a menos do que os homens em 2019.

Além desse aspecto geral, ao se observar os níveis de escolaridade essa desigualdade também se mantêm. Com exceção dos analfabetos, em todos os demais níveis as mulheres recebiam em média menos do que os homens, sendo que o maior hiato no rendimento era nos trabalhadores com ensino superior completo. Em outras palavras, paradoxalmente, quanto mais as mulheres estudam mais se observa a ampliação no nível de desigualdade de renda.

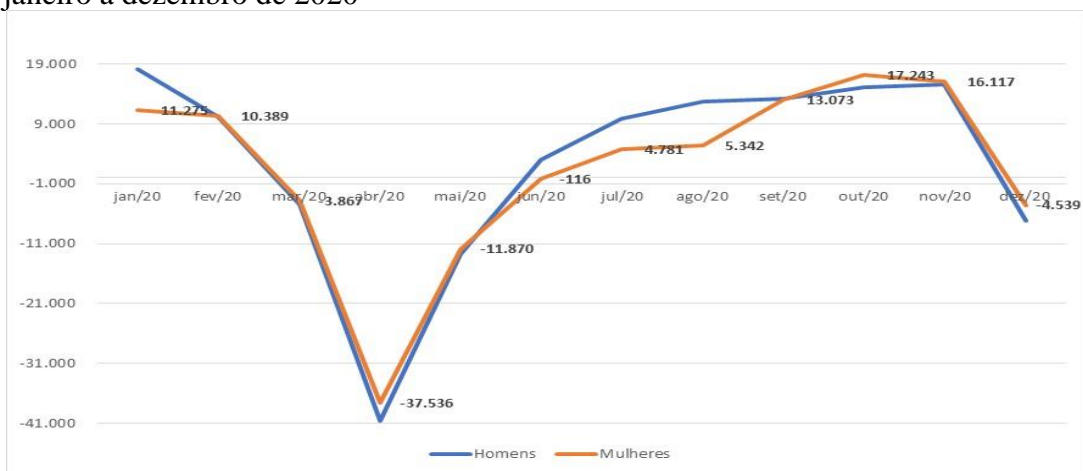
Outro dado que ilustra a desigualdade de rendimento é o fato de que os homens com *ensino fundamental* completo possuem em média um rendimento 14% maior do que aquele das mulheres com *ensino médio completo*. Esses dados destacados apenas ilustram o amplo espectro da desigualdade no mundo do trabalho aos quais se somam, por exemplo, a dupla jornada de trabalho na qual muitas vezes as mulheres devem se submeter, ao acumular as tarefas do emprego com as atividades domésticas e cuidado familiar.

No que se refere ao panorama recente do mercado de trabalho, por meio do Novo CAGED, o gráfico 01 mostra o saldo resultante das admissões e demissões ocorridas em 2020, ano marcado pela crise econômica decorrente da epidemia do COVID-19. No total, ao longo do ano, foram gerados 53.050 novos vínculos de

emprego formal em Santa Catarina, sendo que apenas 38% (equivalente a 20,3 mil postos) foram preenchidos por mulheres. Com isso, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal diminuiu, assim como se observou no biênio anterior entre 2019/2018.

Conforme o gráfico, o menor saldo feminino se deu no momento de recuperação do emprego formal, após os efeitos imediatos da crise, entre março e junho. A partir de então, a geração de empregos ficou mais concentrada no contingente masculino, o que pode reforçar a desigualdade no mercado de trabalho catarinense, no caso, uma maior incidência de desemprego e/ou a informalidade.

Gráfico 3: Saldo de vínculos formais de trabalho segundo sexo do trabalhador – SC, janeiro a dezembro de 2020



Fonte: Novo Caged/Ministério da Economia; Elaboração: Gerência de Políticas de Emprego e Ocupação - DIER/SDE.